

Processo: **01522-2005-811-10-00-6 RO** (Acórdão 1ª Turma)
Origem: 1ª Vara do Trabalho de ARAGUAÍNA/TO
Juiz(a) da Sentença: Elisangela Smolareck
Relatora: Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães
Revisor: Juiz Oswaldo Florêncio Neme Junior
Julgado em: **04/10/2006**
Publicado em: **13-Out-2006**
Recorrente: União
Advogado: André Luís Rodrigues de Souza
Recorrido: Miranda Gomes Machado (Fazenda Liberdade)
Advogado: Cabral Santos Gonçalves

Acórdão do(a) Exmo(a) **Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães**

EMENTA

PORTARIA Nº 540/2004 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. CADASTRO DE EMPREGADORES QUE TENHAM MANTIDO TRABALHADORES EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS ÀS DE ESCRAVO. A Portaria nº 540/2004 foi editada tendo em vista o disposto nos incisos III e IV do art. 186 da CF/88, segundo os quais a função social da propriedade rural é cumprida quando atendidos os seguintes requisitos, entre outros: a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. o ato administrativo que incluiu o nome do autor no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas às de escravo goza de presunção de legitimidade e de veracidade, inserindo-se em esfera distinta da penal que, por sua vez, visa a detectar o cometimento de delito e a imputar pena privativa ou restritiva de liberdade, ou prestação de serviços à comunidade. Vale dizer, o poder de polícia judiciária (direito penal) incide sobre a pessoa do administrado, enquanto o poder de polícia administrativa incide sobre seus bens, direitos ou atividades, sendo, portanto, independentes. A consequência da inclusão do nome do autor no cadastro de que trata a Portaria nº 540/2004 não objetivou qualquer consequência em relação à sua pessoa, mas apenas limitou o exercício de direito individual em benefício do interesse público, porquanto constatada, pela equipe móvel do Ministério do Trabalho, a manutenção de 20 (vinte) trabalhadores laborando em condições análogas à de escravo. Daí porque a inserção do nome do autor no referido cadastro, sem a existência de precedente ação penal condenatória não implica malferimento aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da presunção de inocência.

Processo: **00054-2008-010-10-00-3 RO** (Acórdão 2ª Turma)
Origem: 10ª Vara do Trabalho de BRASÍLIA/DF
Juiz(a) da Sentença: Sandra Nara Bernardo Silva
Relator: Desembargador João Amílcar
Revisora: Desembargadora Maria Piedade Bueno Teixeira

Julgado em: **07/07/2009**
Publicado em: **24-Jul-2009**
Recorrente: Calsete Empreendimentos Ltda.
Advogado: Vítor Russomano Júnior
Recorrido: União (Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego)
Advogado: Edvard de Freitas Machado

Acórdão do(a) Exmo(a) **Desembargador João Amílcar**

EMENTA

CADASTRO DE EMPREGADORES. UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO. PORTARIA MINISTERIAL. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. 1. A Portaria nº 504/2004 do MTE, que determina a inclusão, em cadastro próprio, de empregador ou proprietário rural que utilizava de mão-de-obra em condições análogas à de escravo, visa a coibir essa prática odiosa e atentatória à dignidade humana. Longe de afrontar os princípios da reserva legal, do devido processo e da ampla defesa (CF, art. 5º, incisos II e LV), ela dá prevalência aos fundamentos básicos do Estado Democrático de Direito (*eadem*, art. 1º), buscando emprestar efetividade aos direitos fundamentais e sociais. **2. O ato de inclusão na lista foi precedido de decisão administrativa final, relativa ao auto de infração lavrado, pelo que respeitadas as garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.** 3. O pagamento de multas administrativas e cumprimento de obrigações, previstas em termo de ajustamento de conduta, não elidem os efeitos da mencionada Portaria, que decorrem das irregularidades praticadas pelo infrator.